

*“Um espírito indomável é o que sustenta a força de querer sempre avançar.”
(Daisaku Ikeda)*

Piso salarial para a advocacia avança na Câmara

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, a polêmica sugestão do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, que cria o piso salarial dos advogados. Pela proposta, o advogado deverá receber R\$ 4,6 mil para uma jornada semanal de 36 horas; ou R\$ 3,7 mil para 20 horas semanais. O relator substituto, deputado Talmir (PV-SP), acatou na íntegra o relatório elaborado pelo deputado Eliene Lima (PP-MT). No documento, o parlamentar ressalta que o piso salarial é direito constitucional assegurado aos trabalhadores brasileiros. "Os advogados podem atuar como profissionais liberais; empresários, na condição de sócios de escritórios; ou empregados. Para os que atuam como empregados, é justo e coerente que se busque um piso compatível com a complexidade do trabalho e a formação exigida para a tarefa", defendeu. Na sugestão, é proposto que o piso seja calculado em número de salários mínimos, mas Lima aponta que essa prática, que já foi comum, ficou proibida pela Constituição de 1988. Esse entendimento foi confirmado pela Súmula Vinculante 4 do Supremo Tribunal Federal, pela qual, salvo em casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial. O relatório também não acolheu o trecho da sugestão que prevê a flexibilização desse piso para atender à realidade local, por meio de acordo coletivo. "Tal dispositivo é contrário à própria idéia de 'piso salarial', patamar mínimo abaixo do qual a autonomia privada não pode fixar o pagamento pela prestação do labor", afirma o deputado. O projeto, que agora passa a ser de autoria da Comissão de Legislação Participativa, será analisado pelas comissões técnicas da Câmara relacionadas ao tema.

Notícias rápidas: Justiça e o Direito nos jornais do Brasil

Reportagem de **O Globo** aponta que, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o empresário Eduardo Raschkovsky oferece facilidades a políticos e tabeliães, usando como trunfo sua intimidade com juízes e desembargadores, como o corregedor do TJ, desembargador Roberto Wider. Na campanha contra os fichas-sujas, liderada pelo ex-presidente do TRE-RJ, Raschkovsky pediu até R\$ 10 milhões para blindar candidatos sob risco de impugnação. O desembargador, embora confirme a amizade, nega qualquer negócio com o empresário e credita as acusações a interesses de desestabilizar sua atuação na corregedoria.

Desvio na Funasa

O **Estadão** publica que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal mapearam os caminhos do desvio de verbas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os relatórios da investigação indicam que esse órgão do Ministério da Saúde, cuja atribuição é financiar projetos de saneamento e saúde indígena pelo país, se transformou num balcão de negócios. Entre os investigados estão o deputado estadual Guaracy Aguiar, eleito pelo PMDB, e Danilo Forte, presidente da Funasa indicado pelo partido. Irmão de Ubiratan Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), o deputado coordenou a Funasa no Ceará entre 2007 e 2009 e é suspeito de liberar verbas e atestar como prontas obras inacabadas, apesar de evidências de superfaturamento, fraudes em licitações e desvio de dinheiro.

Liberdade de imprensa

Quase todos os países da América Latina perderam posições, entre 2002 e 2009, no ranking mundial da liberdade de imprensa elaborado pela organização *Repórteres Sem Fronteiras* (RSF), publica o **Estadão**. Relatórios de outras entidades, como a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, serão divulgados em breve e também devem mostrar a multiplicação de ameaças à livre expressão na região. Fechamento de emissoras de rádio e televisão, projetos de lei para restringir a ação de meios de comunicação, censura, agressões e até assassinatos de jornalistas marcam o panorama da imprensa em países que, apesar do caráter formal de sua democracia, ainda convivem com arbitrariedades quando o que está em jogo é a livre circulação de informações.



Campanha da OAB

A **Folha** noticia que, com gasto declarado semelhante à de um deputado estadual (R\$ 200 mil), dois advogados disputam uma das mais acirradas eleições para a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio. As ruas da capital estão repletas de placas dos candidatos, lembrando as campanhas eleitorais a cargos públicos. O atual presidente, Wadih Damous disputa a reeleição contra o seu vice-presidente, Lauro Schuch. Ambos declaram gasto de "cerca" de R\$ 200 mil, embora desconfiem da declaração de seu adversário. Declarando-se um "sonhador e poeta", o professor de direito Luciano Viveiros também concorre, mas com poucas chances — e um gasto declarado de R\$ 1.100, investido em panfletos entregues no fórum, acrescenta a reportagem.

Valor da campanha

De acordo com **O Globo**, em 2010, as principais campanhas presidenciais deverão custar somadas, pelo menos R\$ 500 milhões. O tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, estima que só a campanha da ministra Dilma Rousseff custará cerca de R\$ 200 milhões, bem mais que os R\$ 168,2 milhões gastos na reeleição de Lula. A reportagem destaca que os demais partidos estão preocupados com esses números inflacionados. O PSB estima que precise gastar pelo menos R\$ 100 milhões para que a candidatura do deputado Ciro Gomes seja competitiva. No PV, o deputado Fernando Gabeira calcula que a da senadora Marina Silva custará R\$ 20 milhões.

Madeira ilegal

O desmatamento sem autorização legal atinge 89% da área que sofre exploração madeireira no Estado do Pará, de acordo com estudo da ONG Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). É a primeira vez que se faz uma estimativa direta da retirada da madeira ilegal na Amazônia, publica a **Folha de S.Paulo**.

Mensalão mineiro

A **Folha** revela que um dos indícios citados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa em seu voto no processo do valerioduto mineiro, pelo qual recebeu a denúncia contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), são cartas e o depoimento de uma prima do tesoureiro da campanha do tucano em 1998, Cláudio Mourão. Barbosa leu trechos da carta enviada ao Ministério Público e à CPI de Minas Gerais por Vera Lúcia Mourão de Carvalho Veloso, que disse ter trabalhado nas campanhas de Azeredo de 1994 e 1998. Ela afirma que Azeredo participava pessoalmente das decisões sobre o fluxo financeiro da campanha.

LEIA MAIS...

Notícias - CONSULTOR JURÍDICO
Disponível: (<http://www.conjur.com.br/secoes/noticias>)
Acesso em: 09/11/2009

Previsão do Tempo 4 dias

HOJE 09/11/2009	TERÇA 10/11/2009	QUARTA 11/11/2009	QUINTA 12/10/2009
			
26 °C 19C	23 °C 17 °C	30 °C 17 °C	28 °C 18 °C
Umidade Rel. 91%	Umidade Rel. 91%	Umidade Rel. 91%	Umidade Rel. 91%
Sol com algumas nuvens durante o dia.	Chuvoso durante o dia e à noite.	Sol com aumento de nuvens de manhã.	Sol com aumento de nuvens ao longo do dia.

Visite nosso site: www.lfg.com.br/phl8

Consulta ao acervo, equipe, histórico, campanhas internas, armários, renovações e reservas.